



Recebido em: 10/09/2019

Aceito em: 30/11/2019

**Sobre a economia nagô:
uma alternativa econômica contra a intolerância religiosa.**

**About the Nagô economy:
an economic alternative against religious intolerance.**

Doutorado Philippe Moreira¹

PPGH/UFRJ

<http://lattes.cnpq.br/4618690223336812>

Resumo: Desde meados dos anos 2000, há um movimento nos candomblés que indica uma cultura de consumo voltada para as próprias práticas religiosas. Essa interferência sempre causou mudanças e adequações dos integrantes dessa religião a uma economia mista que mesmo submetendo algumas práticas a essa transformação, tenta equilíbrio através da tradição. Isso se dá por alguns fatores que iremos discutir ao longo desse texto, buscando dialogar com a antropologia econômica de Karl Polanyi, bem como com a sociologia de Georg Simmel para discutir o papel dos indivíduos nessa economia dos costumes e as reverberações para essa comunidade.

Palavras-chave: Economia Nagô – Karl Polanyi – Georg Simmel – Costumes – Intolerância Religiosa

Abstract: Since the mid-2000s, there has been a movement in candomblés that indicates a consumer culture that focuses on religious practices themselves. This interference has always caused changes and adaptations of the members of this religion to a mixed economy that even subjecting some practices to this

¹Mestre em História Social PPGHIS/UFRJ e Doutorando em História Moderna PPGH/UFRJ.

transformation, tries to balance through tradition. This is due to some factors that we will discuss throughout this text, seeking to dialogue with Karl Polanyi's economic anthropology as well as with Georg Simmel's sociology to discuss the role of individuals in this custom economy and the reverberations for this community.

Keywords: Nagô Economy - Karl Polanyi - Georg Simmel - Customs - Religious Intolerance

1. A teoria.

Ao analisar economias arcaicas, Polanyi mostra como redes de reciprocidade montam hierarquicamente as relações das comunidades que não estão atreladas a uma economia de mercado (POLANYI, 2012). Devemos estar atentos quando discutimos o que

seria economia em sociedades regidas por lógicas hierarquizantes², principalmente quando essas relações estão atreladas a valores espirituais. Podem, em alguns casos, se distinguir de relações puramente econômicas. Em outros casos essa economia dos costumes pode conviver com a economia de mercado que tem como base transformar a terra, a moeda e o trabalho em valores concretos, medidos, antes pelo padrão ouro e, atualmente pelo dólar³. Para ficar mais claro, é importante explicitar de forma mais efetiva as perspectivas do autor em relação ao mercado que, em parte, se antagoniza às relações de comunidades tradicionais.

[...] situou-se fora da esfera da sociedade, mais especificamente do sistema político governamental. Numa economia de mercado a produção e a distribuição de bens são efetuadas, em princípio, por meio do sistema autorregulador de mercados formadores de preços. São regidas por leis próprias, as chamadas leis da oferta e da procura, e motivadas pelo medo da fome e pela esperança do ganho. Não são laços consanguíneos, as imposições legais, a obrigação religiosa, a vassalagem ou a magia que fazem o indivíduo participar da vida econômica, e sim, especificamente, instituições econômicas *como a iniciativa privada e o sistema salarial* (POLANYI, 2012: 234).

Portanto, os indivíduos não participam, segundo o autor, da esfera dos preços: a determinação vem desse mercado que já não tem suas relações dependentes das esferas comunitárias. Ou, quando atende a estas demandas, sempre impõe modelos macroeconômicos direcionando as questões para a velha receita liberal: o preço é regido pela lei da oferta e procura. Nesse caso, está aí um dos grandes problemas que historiadores da economia encontram ao estudar certas comunidades, o prisma economicamente arcaico. Nossa formação é baseada em modelos macroestruturais, às vezes, supostos “inimigos” da cultura, separados em castas epistemológicas, onde não se misturam cultura e economia, cultura e política. Somos tentados a aderir a esses pressupostos para não entrar em polêmicas, entretanto, não há polêmica se os comparativos forem sólidos. É preciso se debruçar sobre novas lógicas para romper com o que parece ser a manutenção

² No nosso caso, falamos das hierarquias do candomblé.

³POLANYI, K. A grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

de fronteiras teóricas, o que pode custar caro e acaba por incutir análises rasas. É preciso abrir à força esse paradigma, para isso seguimos o as orientações precisas de E.P Thompson: “na minha atividade, descobri que não posso lidar com as congruências e contradições do processo histórico mais profundo sem observar os problemas revelados pelos antropólogos” (THOMPSON, 1981: 183). Portanto, ao seguir um conselho tão significativo, percebemos que há sim outras formas de se analisar mundos complexos embebidos por variações culturais sem deixar de lado relações econômicas.

Nessa “História antropológica” encontramos respaldo teórico. O historiador inglês parece ter percebido que no processo de expansão do capital inglês, a cultura foi um fator determinante para frear o avanço da hegemonia econômica. Enquanto Polanyi percebia a desestruturação, o desenraizamento provocado pelo novo modelo de mercado, que procurava destituir as relações sociais das relações econômicas, Thompson mostrou como a cultura pode representar a plebe inglesa em suas reivindicações contra o “moinho satânico” (POLANYI, 2002). Contradictoriamente, o avanço do mercado satanizado por Polanyi, era inviabilizado pelo paternalismo enfatizado por Thompson nos seus costumes em comum (THOMPSON, 1998). A paróquia inglesa conseguia estabelecer um “preço moral”, manifestando nessa atitude, as reivindicações da plebe.

Mas em que isso se assemelha aos candomblés brasileiros? Aqui essa religião faz algo semelhante ao conseguir estabelecer um nexo entre os costumes e a economia de mercado. Nasce dessa adaptação, fato este que não é usado para frear o avanço da violência: seria mais fácil barrar o avanço conservador se demandas políticas fossem atreladas também a questões econômicas.

2. O indivíduo e a sociedade/comunidade na teoria

Como destacado acima, economias arcaicas são regidas também pela mística, por uma visão de mundo que não distingue valores sociais de valores de mercado. Essas esferas não se separam por estarem amarradas a um sistema complexo de relações espirituais e hierarquizantes. Assim, se configura por meio da simbologia nos grupos que acumulam saberes espirituais: em um determinado momento, uma figura central, em uma aldeia, troca favores que, em muitos casos não tem valor concreto. Troca-se uma cura por alimentos, por moradias, ou por terras, valores são mesurados por casamentos, por poderes místicos, bruxarias, feitiços, ebós. São esferas distintas que se convergem em um mesmo objetivo nas religiões afro-brasileiras, segundo Bastide é a domesticação do sagrado que gera adaptações ao mundo ocidental de hoje (BASTIDE, 1975). A convivência entre

mundos tão distintos traz implicações civilizacionais como as observadas por Elias em seu processo civilizador onde as ações dos manuais de etiquetas acabam por reconfigurar costumes de sociedades tradicionais (ELIAS, 1994). Claro que os parâmetros de reconfiguração das comunidades de terreiro são mais densos por ter sua conjuntura ligada a um processo violento: o escravismo. Contudo, as práticas de acomodação de uma economia dos costumes a uma economia híbrida, requer décadas de adequação, cenário que se assemelha, em termos reduzidos, as observações de Elias. As formas de obtenção desse equilíbrio têm como ponto de convergência mais profícuo as relações dadivasas. Esta, fortalece o entendimento dos laços sociais que estão fora do mercado desenraizado. São sociedades regidas por dons e contradons, que tem como regra que o ato de dar obrigatoriamente institui a necessidade de receber, e aquele que recebe fica em dívida. Reiterando, é uma economia de trocas, onde a mensuração dos valores se dá pelos costumes e pela tradição religiosa (GODELIER, 2001).

Em sociedades modernas, mesmo com a expansão da economia de mercado, que institui valores concretos aos agentes por meio da mercantilização de bens de consumo, algumas religiões conseguem estabelecer um equilíbrio entre o mercado enraizado, atrelado aos costumes mais comuns em redes arcaicas, e os desenraizados, consequência maior das políticas de transformação das relações sociais em elos monetários. No nosso caso, os candomblés conseguiram estruturar uma forma equilibrada entre a lógica da reciprocidade religiosa e as relações de mercado. Para entender melhor como isso se configurou primariamente é preciso situar algumas variáveis.

Já está consolidado nos estudos sobre as religiões de matriz africanas para o Rio de Janeiro, que as casas mais tradicionais sofreram um deslocamento geográfico por conta das reformas modernizantes do primeiro período republicano, desestruturando a lógica geográfica da chamada pequena África da Saúde (ABREU, 2013; MOURA, 1995). Após essa intervenção urbana conservadora, os candomblés cariocas tiveram que se reestruturar economicamente, e foi a Baixada Fluminense que se consolidou como a zona de desenvolvimento do que chamaremos aqui de **Economia Nagô**. O termo nagô é definido por Sodré como denominação originária de grupos iorubás, últimos a chegarem no Brasil por conta da diáspora provocada pela escravidão no início do século XIX. Originalmente pertencentes ao reino Ketu, formaram nas terras brasílicas um complexo grupo identitário que tem nos candomblés sua consolidação (SODRÉ, 2017). A junção desses termos (economia mais nagô), devem apontar para essa capacidade de equilibrar mercado e tradição.

Assim, se estabelece a partir do entroncamento de formas tradicionais e costumeiras, por meios de dons enraizados nas relações sociais, e formas desenraizadas de mercado, atrelado ao valor monetário e ao lucro puro e simples da venda de serviços e pequenas manufaturas. Esse processo quase que imperceptível aos olhos de muitos pesquisadores⁴ consolidou uma rede econômica mista, que tem na indústria têxtil e de alimentos seus exemplos mais concretos. Em determinados axés as chamadas “obrigações”, movimentam as vezes pequenas fortunas bem como toda a comunidade. A grande questão é que esses nichos de negócios não se veem como estruturadores de redes econômicas híbridas (enraizada/tradição + desenraizada/monetarizada).

Portanto, ao não se perceberem como agentes econômicos, o membro de um determinado axé enfraquece suas redes colaborativas ficando vulnerável a reverberações não econômicas, como no caso de intolerância religiosa ocorridos recentemente. Essa teia de indivíduos formam as comunidades de axés. Trataremos do termo comunidade como um modelo reduzido de outro conceito trabalhado por Simmel: o de sociedade. O autor destaca que sociedade é um termo “abstrato” que designa “incontáveis agrupamentos e configurações [...] constituídos das formas individuais de existência” (SIMMEL, 2006: 11). São incontáveis indivíduos com suas particularidades que podem ser detectados numa rede de economia nagô. Nesse caso, as roupas são signos de distinção desses indivíduos caracterizando assim, o espelho de seus espíritos⁵. O jogo de forças a que estão expostos esses agentes soa arbitrário pois se sustenta a partir de uma linha tênue entre ele e o corpo comunitário. A individualização sofre reverberações de outras demandas sociais, nem sempre agradável àqueles que tentam sustentar essa rede diversa e em constante conflito. Diante do caráter “metamorfo” dessas relações, o que resta é entender de que forma esses laços são constantemente feitos refeitos para elucidar o que conecta esses indivíduos às suas comunidades. Assim como a sociedade em Simmel, entendemos que a comunidade sofre uma pulsão que ata os indivíduos mesmo quando não atingem seu objetivo profícuo (SIMMEL, 2006). Através desse impulso de tentativas de indivíduos isolados, os laços são estabelecidos mesmo que não se ofereça como alternativa satisfatória a todos os

⁴ As pesquisas sobre capitalismo e religião se concentram na crítica a mercantilização da fé. Para o Rio de Janeiro, não existe trabalhos sobre as movimentações dessa economia híbrida nos territórios da baixada. A título de exemplo, quanto um yaô é feito no santo, isso movimenta uma pequena fortuna que ajuda nos meios de subsistência das comunidades do entorno dos terreiros.

⁵ Simmel chama de espíritos a subjetividade dos indivíduos. Em alguns momentos, ao longo do texto, tomaremos a liberdade de substituir tal termo pela palavra orixás (como forma identitária não só religiosa), assim, podemos demarcar melhor o sentido desses indivíduos dentro de suas particularidades nas comunidades nagôs.

integrantes do grupo. No caso dos candomblés podemos detectar tal mudança em muitos rituais sendo o processo iniciático o mais significativo na formação de novos membros.

Quando um indivíduo vai “fazer um santo” novas redes surgem em torno desse fato: pode ser na escolha de um “pai pequeno⁶”, figura que ajudará no processo de aprendizagem do recém feito, podendo gerar uma nova dinâmica na comunidade de terreiro por não se configurar sempre, como de agrado a todo corpo de representantes da casa. A partir disso, a postura desse indivíduo com seu filho pequeno vai definir rupturas ou formação de novos laços.

No exemplo exposto acima se escondem muitas variantes. A festa, a relação com o orixá que nascerá na cabeça do novilho, redes econômicas, não econômicas (geridas pelo dom), formando uma nova relação com o sagrado, refazendo os laços de associação entre os indivíduos impactando na economia nagô. É bem provável que ao deixar seu período de preceito, o “recém-nascido” voltará para sua vida “no mercado”, deixando até a próxima obrigação, o protagonismo dessa economia híbrida. É comum que indivíduos como esse tenham uma vida dupla: diferentemente dos sacerdotes, o yaô ainda passará por um longo processo de associação com o grupo dos “mais velhos”, relações de dons e contradons até que, depois de ter consciência do equilíbrio que se deve estabelecer entre tradição e modernidade, possa ser indicado, de acordo com o sagrado, par algum cargo do alto escalão. Quando isso acontece, em alguns casos, os membros terão que assumir outras funções. É chegada a hora de romper e refazer os laços da comunidade, optando os não por aderir a essa economia mista, abdicando da sua vida “no mercado”.

O que muitas vezes pode determinar tal transformação é que tipo de relação irá se estabelecer entre o egoísmo individual e a auto perfeição como valor objetivo (SIMMEL, 2006). Os que melhor se destacam são aqueles que não abandonam o egoísmo habitual, já que o candomblé é uma religião anti-coletividade, conseguindo expor suas vaidades atingindo minimamente o corpo religioso. O indivíduo é pressionado “de todos os lados, por sentimentos, impulsos e pensamentos contraditórios, e de modo algum ele saberia decidir com segurança interna entre as diversas possibilidades de comportamentos (SIMMEL, 2006: 40)”. Trata-se de uma comunidade em que o conflito interno reverbera nas relações comunitárias.

Como então demandas desse grupo tão complexo podem reverberar ações efetivas, separando questões do indivíduo e da coletividade? Existe um fluxo

⁶ Espécie de padrinho do candidato a yaô.

corrente constante que pode determinar uma coesão rasa: a cultura nagô. A cultura nagô pode fortalecer a economia nagô sofrendo pouca interferência de demandas individuais. Esse rio de cultura caudaloso está na música, nas vestimentas, nos alimentos e em tudo que vem de uma sólida tradição. E a tão sonhada resistência pode vir por meio do fortalecimento desses elos tradicionais assentados ainda nas sanzalas. Redes econômicas não puramente de mercado sobrevivem a interferências, mesmo as violentas. Basta pensar em novas ferramentas de associações: durante o período colonial, as irmandades negras conseguiram montar redes de subsistência sem romper com a lógica patriarcal. A escravidão trouxe a necessidade de se adaptar valores dos grupos, dos indivíduos escravizados e da igreja.

Ao entendermos essa complexa rede de formação econômica e social, inferimos que as relações realizadas a partir desse pressuposto rompe com os estágios de formação do conhecimento empírico sobre algumas comunidades: o indivíduo passa a conviver com três estágios sociológicos: o teológico, que explica os fenômenos da natureza segundo vontades divinas, o místico e especulativo, que pode determinar novas tensões entre indivíduo e a comunidade e finalmente um estágio híbrido, onde a associação de novos valores vive em consonância com a realidade fora da espera do sagrado (SIMMEL, 2006). A partir dessa hipótese podemos buscar fórmulas empíricas que expliquem a convivência entre fatores tão distintos. Se isso acontece na esfera dos espíritos é provável que reverbera nas relações econômicas, pois são as demandas do sagrado direcionam as ações ritualísticas que envolvem pequenas fortunas.

3. Exemplos de redes econômicas mistas e sobrepostas.

Na Bahia, mais especificamente em Salvador, essas redes extrapolam o campo religioso: sustentam cadeias na área de turismo, música etc. Foi se constituindo ao longo de séculos, as casas de axé mais tradicionais, apesar de conflitos internos ligados a reverberações hierarquizantes, sabem do seu papel econômico para movimentação da cidade. A origem dessa economia mista consolidada tem suas raízes nas mais variadas. Os indivíduos, segundo Santos, têm suas demandas pessoais incorporadas ao grupo, assim como as demandas dos grupos, se inserem e vão se amalgamando ao processo de aprendizagem do indivíduo (SANTOS, 2013). As relações de dons e contradons vão formando as redes de trocas e dádivas consolidando o mercado das demandas espirituais. Na Bahia, essa dinâmica se consolida em redes identitárias mais sólidas que as

formadas no Rio de Janeiro. Isso se deu pela centralidade que as casas têm para a economia local, bem como sua aliança histórica com a igreja católica.

Em África, Parés detecta casos semelhantes em relação aos reinos que compunham a África ocidental na região de Lagos e reino do Benin. Ao analisar os ritos fúnebres dos cultos aos voduns o autor fala em “sobreposição de economias” (PARÉS, 2016: 279). O mercado moderno estava a cargo de uma elite local que tinha relação estreita com os mercadores europeus aderindo, em parte, ao modelo de economia mercantilizada. Assim, se configuravam em uma elite econômica moderna. Rebate uma das hipóteses de Polanyi de que as análises substantivistas insistem que os povos de economias arcaicas teriam certa aversão ao risco e procurava por segurança quando fazia transações econômicas (PARÉS, 2016). Apesar de defender certa “modernidade” das elites africanas, o autor deixa claro que eram as demandas religiosas que acabavam demandando a “maximização dos lucros” (PARÉS, 2016: 283). Nesse caso, é a tradição religiosa que serve como força motriz para um certo “espírito empreendedor” que faz do acúmulo de pecúlio via tráfico escravos e trocas de mercadorias diversas com outros reinos, a base de sustentação dessa sobreposição econômica que alia demandas religiosas com comércio monetarizado.

Em outra obra, o autor fala de um processo multicultural que forma a identidade jejê na Bahia via tráfico (PARÉS, 2007). É provável que as dinâmicas “empreendedoras” em conjunto com a tradicionalidade religiosa tenham estendido seu modelo econômico sobreposto a colônia portuguesa na América. Isso acaba por constituir a relação de “equilíbrio conflito”, onde interesses econômicos reverberam nas relações cotidianas coadunando o enraizado e o desenraizado. A partir dessa análise, podemos inferir que há uma mentalidade econômica em comunidades de terreiros por se tratar de um processo de fomentação de redes mistas colaborativas, que em nenhum caso exclui prováveis conflitos. A partir de um processo de associação e configuração identitária esse modelo passou forçou escravizados a se adaptarem as demandas de seus senhores na América. Passado o sistema escravista, esse modelo não detectado formou modelos locais de convivência de mercados por meio da tradição religiosa. Os candomblés têm um sistema sobreposto/híbrido de economias.

João José Reis demonstra através de um caso peculiar na Bahia do XIX como essas fronteiras econômicas eram fluídas. A junta de alforria explicitada na análise sobre o sacerdote Domingos Sodré acumulava uma quantia significativa a partir de uma soma fixa depositada por etnias variadas (REIS, 2008). A partir disso, as relações hora se davam pela magia, hora pelo “mercado da liberdade”. Reis destaca

que é bem provável que a junta de alforrias do grupo nagô, maior nação da Bahia no século XIX era inspirada em uma instituição de crédito ioruba, incorporada aos costumes a partir de estratégias de sobrevivência. Sodré, o sacerdote, sabia como ninguém flutuar em meio a demandas econômicas, ritualísticas e até da justiça dos brancos (REIS, 2008). Aliava-se a agentes do Estado para entender como funcionava as relações clientelares facilitando o trânsito entre a tradição e o lucro. Esse caso pode servir para ilustrar o quanto as redes de solidariedade religiosa eram manipuladas para facilitar a ascensão social de alguns indivíduos. Sodré vagava entre as economias. A sobreposição, aqui era facilitadora de nichos sociais que entendiam as redes costumeiras, só acionando o mercado para atender a suas demandas hierarquizantes.

4. Conclusão

Esse ensaio buscou propor formas avaliativas das relações econômicas nas religiões de matriz africana no Brasil, mais precisamente dos candomblés. São raros os textos que levam em consideração a mentalidade econômica dos povos que aqui se configuraram como a vertente mais significativa da nossa formação cultural. A religião serviu como base de organização dessa economia moral. Propomos que as relações sociais que se configuraram na África passaram por adaptações entre conflitos e estabilidades. Com a consolidação das casas de santo mais tradicionais esse modelo misto, passou do somente dom e contradom para uma forma econômica que agrupa valores espirituais e valores de mercado. É a convivência, nem sempre harmoniosa do enraizado e do desenraizado polanyiano, em escala macro, para as relações costumeiras da economia moral thompsoniana. O indivíduo, via as análises de Simmel é que configura e reconfigura a economia nagô. São as demandas espirituais, via o orixá de cabeça, que determina o rearranjo local. As comunidades formadas a partir de um único deus, do indivíduo, refazem seus tronos para atender a demanda do agente. Os outros deuses, dos outros indivíduos, passam a conviver com esse novo nicho. A partir disso, é que as flutuações econômicas se dão. Propomos, também, que as comunidades passem a se reconhecer como fomentadores da economia via cultura. Essa reestruturação pode se assemelhar as estratégias utilizadas pelos escravizados para afrouxar o cativeiro. É preciso um “acúmulo de capital” para que a economia nagô se forneça. Talvez, o empreendedorismo das comunidades voduns descritos por Parés, tenham que ser revisitados.

Referências:

- ROGER, Bastide - "Le sacré Sauvage" In: Le Sacré Sauvage et autres essais Payot, Paris, 1975. Tradução publicado na Revista Cadernos de Campo, USP, 1992.
- MOURA, Roberto. Tia Ciata e a pequena África do Rio de Janeiro, 2a ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994.
- PARÉS, Luis Nicolau O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental / Luis Nicolau Parés. — 1a Ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- PARÉS, Luis Nicolau. A formação do Candomblé: história e ritual da ração jeje na Bahia /Luis Nicolau Paris. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- POLANYI, KARL. A grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2002.
- _____, Karl. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SODRÉ, Muniz. Pensar Nagô. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- GODELIER, Maurice. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SANTOS, FG. Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afrobrasileiros - 1850/1937 [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2013, 336 p. ISBN 978-85-7455-446-4.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: _____. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LIMA, Henrique Espada. Micro História. In Novos domínios da história / Organizadores Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Lisboa: Edições 70, 1988.